

ATA SEI

Ata de deliberação acerca do item 03, referente do **Pregão Eletrônico nº 089/2019**, e junto a Plataforma do Banco do Brasil nº 768842 destinado ao **Registro de Preços**, visando a futura e eventual **aquisição de materiais para a manutenção do parque de informática do Município de Joinville, conforme especificações técnicas**. Aos 20 dias de novembro de 2019, reuniram-se na Unidade de Processos, a Pregoeira Sra. Aline Mirany Venturi e o Sr. Vitor Machado de Araujo, membro da equipe de apoio, ambos designados pela Portaria nº 034/2019, para deliberação acerca do julgamento da proposta de preços e documentos de habilitação do item 03, realizado no dia 26 de julho de 2019, documento SEI nº 4064721, que culminou na inabilitação da empresa **MICRO SERVICE ELETRÔNICOS EIRELI**. Considerando que, no julgamento realizado em 26 de julho de 2019, documento SEI nº 4064721, foi inabilitada a empresa **MICRO SERVICE ELETRÔNICOS EIRELI** para o item 03, onde, em atenção aos Atestados de Capacidade Técnica apresentados, exigência do subitem 9.2, alínea "j" do edital, contabilizou-se o volume dos produtos considerados compatíveis com o objeto licitado (Rack de Parede - Padrão 19 " - 10 Us) de 07 unidades, quando o edital prevê a comprovação de 75 unidades (25%). E consequentemente, fora convocada a empresa **DATel COMÉRCIO DE MATERIAL PARA INSTALAÇÃO EIRELI**, com a proposta subsequente nos termos do subitem 10.6 do edital. Considerando que, durante a análise dos documentos da segunda convocada constatou-se que os produtos atestados são, em parte, similares aos anteriormente apresentados pela empresa primeira convocada, Micro Service Eletrônicos Eireli. Sendo assim, procedeu-se consulta à Unidade de Gestão da Secretaria e Administração e Planejamento, através do Memorando SEI nº 4745888, solicitando orientação técnica no sentido do que poderia ser considerado produto compatível com o objeto licitado, em especial, o atestado apresentado pela empresa Micro Service Eletrônicos Eireli, em atendimento ao estabelecido no subitem 9.2, alínea "j" do edital. Considerando que, em resposta a Unidade de Gestão de manifestou "(...) esclarecemos que são materiais relacionados a área de informática, e tem portanto compatibilidade com o objeto que está sendo licitado.", Memorando SEI nº 4766539. E, por fim, considerando a Súmula 473 do STF que estabelece: "*A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial*", e a Súmula 346 do STF que dispõe "*A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos*". Deste modo, a Pregoeira **ANULA O JULGAMENTO** realizado no dia 26 de julho de 2019, quanto ao item 03, realizando novo julgamento que segue: **ITEM 03 - MICRO SERVICE ELETRÔNICOS EIRELI**, no valor unitário do item de R\$ 311,25. Considerando que, a empresa arrematante foi convocada na sessão pública ocorrida no dia 24 de junho de 2019, para apresentar a proposta de preços e os documentos de habilitação, conforme dispõe o subitem 10.4 do Edital, cujo prazo final para recebimento dos mesmos encerrou-se em 28 de junho de 2019, a Pregoeira procede ao julgamento: A empresa apresentou a proposta de preços e os documentos de habilitação em 27 de junho de 2019, documento SEI nº 4052124, cumprindo com o prazo previsto no subitem 10.4 do edital. Quanto a proposta de preços, documento SEI nº 4052130, elencada no item 6 do instrumento convocatório, esta registra a oferta para o item 01, sendo que a empresa é arrematante do item 03. Considerando que, a descrição do item corresponde a descrição estabelecida para o mesmo item constante do Anexo I do edital, bem como as demais informações constantes na proposta escrita apresentada. Considerando o disposto no subitem 10.13 do edital: "*No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.*". Desta forma, decide-se pela aceitação da proposta, sendo assim, a empresa **classificada**. Quanto aos documentos de habilitação, documento SEI nº 4052141, elencados no item 9 do instrumento convocatório, a empresa foi **habilitada**. Deste modo, sendo **declarada vencedora**. Cabe

registrar ainda que, considerando que o item 05 é COTA RESERVADA 25% do item 03 (COTA PRINCIPAL 75%), e este restou fracassado após a fase de lances, conforme histórico extraído da plataforma eletrônica "Licitações-e" do Banco do Brasil, documento SEI nº 4015628. Considerando que, a empresa **MICRO SERVICE ELETRÔNICOS EIRELI** foi declarada vencedora do **ITEM 03**, e, nos termos do subitem 10.15 do edital: *"Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, de acordo com o §2º do art. 8º do Decreto nº 8.538/15."* E, considerando que a empresa apresentou proposta de preços referente ao item 05 em conjunto com aquela apresentada ao item 03, procede-se o julgamento desta: A proposta de preços apresentada registra a oferta para o item 01, sendo que a empresa é arrematante do item 05. Considerando que, a descrição do item corresponde a descrição estabelecida para o mesmo item constante do Anexo I do edital, bem como as demais informações constantes na proposta escrita apresentada. Desta forma, nos termos do subitem 10.13 do edital, decide-se pela aceitação da proposta, declarando assim a empresa **classificada**. Diante do exposto, fica a empresa **MICRO SERVICE ELETRÔNICOS EIRELI**, **declarada vencedora** para o item 05. Por fim, neste mesmo ato, solicita-se que a empresa realize os ajustes da proposta de preços apresentada, a fim de identificar os itens 03 e 05, conforme Anexo I do edital, no prazo de 04 (quatro) dias úteis, sob pena de desclassificação. A sessão pública eletrônica para o resultado do julgamento da análise da proposta de preços retificada para os itens 03 e 05, será marcada após o recebimento e análise da mesma. As datas serão informadas na plataforma do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br) e no site da Prefeitura Municipal de Joinville (www.joinville.sc.gov.br), no link licitações. Nada mais sendo constado foi encerrada esta ata que vai assinada pelos presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Mirany Venturi, Servidor(a) Público(a)**, em 20/11/2019, às 08:24, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Machado de Araujo, Servidor(a) Público(a)**, em 20/11/2019, às 08:28, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **5066412** e o código CRC **3B3A9810**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

19.0.048710-9

5066412v3
5066412v3